

CRISE DO CAPITALISMO E REDEFINIÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL

*José dos Santos Souza*¹

O capitalismo é um sistema social de produção que se reproduz a partir de um processo de conservação e de ruptura determinado pelo desenvolvimento das forças produtivas e pela correlação de forças políticas no âmbito do Estado, articulados dialeticamente. À medida que esse sistema muda, ele alimenta e conserva sua estruturação. O sistema social de produção capitalista é um processo histórico e, como tal, um processo em transformação, com rupturas ou crises.²

A crise é, portanto, de fundamental importância para o sistema capitalista pois se constitui, contraditoriamente, num processo de reprodução, a partir do momento em que gera profundos processos de reorganização produtiva, de redefinição das relações de produção, bem como de reestruturação institucional do conflito de classes no âmbito do Estado. A própria crise é, ao mesmo tempo, elemento de destruição e de construção do próprio sistema. Os períodos de crise são, na realidade, uma necessidade vital para o capitalismo, pois são nesses momentos em que se produzem as rupturas necessárias para a sua continuidade.

O regime de acumulação do capital consiste numa configuração específica da estrutura da sociedade capitalista: um modo de organização das forças produtivas articulado com um modo de regulação das relações de produção. O regime de acumulação - ou a estrutura da sociedade - se expressa numa correlação de forças no âmbito do Estado, e essa

¹ Professor do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da UESB e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense.

² É evidente que esta abordagem do desenvolvimento capitalista é própria da Escola Regulacionista (Cf.: AGLIETA, M. *Regulacion et Crisis du Capitalisme*. Paris: Calmann-Levy, 1976). Tal abordagem insere-se no paradigma teórico marxista. Ressaltando-se suas inovações conceituais e aplicação metodológica. Isto deve-se a proposição de utilizar um novo referencial metodológico e conceitual para análises históricas. Os conceitos situam-se em um nível de abstração intermediário em comparação a proposição marxista mais geral de modo de produção capitalista. Desta forma, conceitos como regime de acumulação, modo de regulação e modo de desenvolvimento são utilizados para uma definição, caracterização das variações históricas do processo de acumulação das economias nacionais. Contudo, nossa referência a abordagem regulacionista limita-se apenas na sua contribuição principal que foi a elaboração de um conjunto de conceitos bastante útil para a análise dos episódios e situações concretas na história do capitalismo que representa, em nosso entender, um importante avanço para a economia política. No entanto, reconhecemos que a abordagem regulacionista ainda considera que a estrutura e a superestrutura, a sociedade civil e o Estado formam uma antítese dialética, onde a sociedade civil domina o Estado, onde a estrutura domina a superestrutura, prevalecendo assim o domínio das relações econômicas na análise do desenvolvimento do capital. Ao contrário dessa concepção, nosso trabalho parte da consideração de que a sociedade civil não pertence ao momento estrutural, mas ao superestrutural. Nesse sentido, a sociedade civil, enquanto complexo das relações ideológicas e culturais e expressão política dessas relações, é o fator chave na compreensão do desenvolvimento capitalista e não as relações de produção.

expressão constitui a superestrutura da sociedade. A estrutura social mais a superestrutura consolidam um modelo de desenvolvimento do capital.

A partir dessas considerações, podemos afirmar que o modelo de desenvolvimento taylorista/fordista³ começou a entrar em crise no fim dos anos 60 e início dos anos 70, quando o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, configurando-se, assim, o esgotamento das possibilidades de acumulação do capital. Esse esgotamento, somado ao acúmulo de inovações tecnológicas no campo da microeletrônica e da informática, e ao avanço das conquistas políticas da própria classe assalariada, constituíram-se nas condições objetivas da crise de acumulação do capital. Em decorrência dessa crise, o capital vem procurando recompor suas bases de acumulação num contexto de avanço do patamar científico e tecnológico no mundo do trabalho e de maior socialização da política em nível mundial. À medida que o capital busca recompor suas bases de acumulação, ingressa num processo de redefinição de seu modelo de desenvolvimento, através de uma busca visceral de regularidade para o sistema social de produção, promovendo assim uma verdadeira transformação na organização da produção e na regulação das relações de produção, que se expressam através de uma nova configuração na correlação de forças políticas em disputa pela hegemonia no âmbito do Estado.

Tal conjuntura de crise do capital em nível mundial acaba por fornecer as condições objetivas e subjetivas para a afirmação do neoliberalismo enquanto doutrina teórico-política e ideológica da reação burguesa em busca da regularidade do sistema.⁴

³ O termo taylorismo pode ser definido como a soma total daquelas relações de produção internas ao processo de trabalho que tendem a acelerar a conclusão do ciclo mecânico dos movimentos no trabalho e preencher as brechas no processo de trabalho. Essas relações são expressas num princípio geral de organização que reduz o grau de autonomia dos trabalhadores e os coloca sob uma permanente vigilância e controle no cumprimento das normas imputadas. Já o Fordismo, enquanto processo de trabalho organizado a partir de uma linha de montagem, deve ser entendido como o desenvolvimento da proposta taylorista. O fordismo abraça os princípios do taylorismo e os coloca mais efetivamente em prática, para obter uma intensificação ainda maior do trabalho. Ford, mediante a introdução da linha de montagem, leva a cabo um desenvolvimento criador de Taylor que o leva, do ponto de vista do capital, à uma espécie de perfeição. O fordismo trata de fixar o trabalhador num determinado posto de trabalho com as ferramentas especializadas para execução dos diferentes tipos de trabalho e transporta, através da esteira, o objeto de trabalho em suas diferentes etapas de acabamento, até sua conformação como mercadoria. Ou seja, fordismo desenvolveu ainda mais a mecanização do trabalho, incrementou a intensidade do trabalho, radicalizou a separação entre trabalho manual e trabalho mental, submeteu rigorosamente os trabalhadores à lei de acumulação e tornou o progresso científico contra eles como um poder a serviço da expansão uniforme do valor. Cf.: MORAES NETO, B. Marx, Taylor e Ford: as forças produtivas em discussão. São Paulo: Brasiliense, 1989.

⁴ Perry Anderson define o neoliberalismo como um fenômeno distinto do liberalismo clássico do século passado. De acordo com Anderson, o neoliberalismo consiste numa reação teórica e política veemente contra o Estado de bem-estar, que nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte, onde imperava o capitalismo. Traía-se de um ataque contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, consideradas como uma ameaça letal à liberdade econômica e política. Tinha como propósito combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro. O eixo central de argumentação neoliberal era a de que o novo

Se nos tempos áureos do capitalismo, durante as décadas de 50 e 60, não havia nem condições objetivas nem subjetivas favoráveis à uma hegemonia neoliberal, uma vez que, naquela ocasião, o capitalismo avançado estava entrando numa longa fase de auge sem precedentes, apresentando o crescimento mais rápido da história, evidentemente, não pareciam muito verossímeis os avisos neoliberais dos perigos que representavam qualquer regulação do mercado por parte do Estado. Na realidade, as ideias neoliberais só ganham terreno a partir da crise do modelo de desenvolvimento taylorista-fordista.

Contudo, foi somente em 1979 que o programa neoliberal teve a oportunidade de realizar sua hegemonia com a eleição do governo Thatcher, na Inglaterra - o primeiro regime de um país de capitalismo avançado publicamente empenhado em pôr em prática o programa neoliberal:

Os governos Thatcher contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais. E, finalmente, - esta foi uma medida surpreendentemente tardia - se lançaram num amplo programa de privatização começando por habitação pública e passando em seguida a indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água. Esse pacote de medidas é o mais sistemático e ambicioso de todas as experiências neoliberais em países de capitalismo avançado.⁵

Logo depois, em 1980 Reagan chega à presidência dos Estados Unidos; em 1982 Helmut Schmidt, na Alemanha; em 1983, Schluter, na Dinamarca; em seguida, quase todos os países do norte da Europa Ocidental, com exceção da Suécia e da Áustria, também viraram à direita. Assim, a social-democracia acaba por sucumbir à ideologia neoliberal. Governos como os chamados euro-socialistas, do sul do continente europeu, que se apresentavam como uma alternativa progressista, baseada em movimentos operários ou populares, contrastando com a linha reacionária dos governos Thatcher e Reagan e outros do norte da Europa, se vêem forçados pelos mercados financeiros internacionais a mudar seu curso dramaticamente e reorientar-se para fazer uma política muito próxima à ortodoxia neoliberal,

⁵ “igualitarismo” deste período, promovido pelo Estado de Bem-Estar Social destruiu a liberdade dos cidadãos e a vitalidade de concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos. Desafiando o consenso oficial da época, eles argumentavam que a desigualdade era um valor positivo e até imprescindível em si, pois disso precisavam as sociedades ocidentais. As propostas neoliberais eram manter o Estado forte frente ao movimento sindical e ao controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas; e, acima de tudo, controlar a inflação. No seu ideário havia sempre incluído, como componente central, o anticomunismo mais intransigente de todas as correntes capitalistas do pós-guerra. Cf.: ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E. & GENTILI, P. (Orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1995, p. 9-23. ANDERSON, Op. Cit., p.12.

com prioridade para a estabilidade monetária, a contenção do orçamento, concessões fiscais aos detentores de capitais e o abandono da política do pleno emprego. As experiências como as de Mitterrand, na França; González, na Espanha; Soares, em Portugal; Craxi, na Itália; Papandreou, na Grécia, demonstram a hegemonia alcançada pelo neoliberalismo enquanto ideologia da nova direita conservadora:

No início, somente governos explicitamente de direita radical se atreveram a pôr em prática políticas neoliberais; depois, qualquer governo, inclusive os que se proclamavam e se acreditavam de esquerda, podia rivalizar com eles em zelo neoliberal. O neoliberalismo havia começado tomando a social-democracia como sua inimiga central, em países de capitalismo avançado, provocando uma hostilidade recíproca por parte da social-democracia. Depois, os governos social-democratas se mostram [de um modo geral] mais resolutos em aplicar políticas neoliberais.⁶

O neoliberalismo tinha como prioridade imediata o controle da inflação dos anos 70 e, nesse sentido, foi bem sucedido principalmente na Europa Ocidental como um todo:

No conjunto dos países da OCDE, a taxa de inflação caiu de 8,8% para 5,2%, entre os anos de 70 e 80, e a tendência de queda continua nos anos 90. A deflação, por sua vez, deveria ser a condição para a recuperação dos lucros. Também nesse sentido o neoliberalismo obteve êxitos reais. Se, nos anos 70, a taxa de crescimento das indústrias nos países da OCDE caiu em cerca de 4,2%, nos anos 80 aumentou 4,7%. Essa recuperação foi ainda mais impressionante na Europa Ocidental como um todo, de 5,4 pontos negativos para 5,3 pontos positivos.⁷

Em contrapartida, o neoliberalismo produziu um retrocesso social bastante pronunciado, com o agravamento das desigualdades em todos os lugares em que foi implementado, conforme é ressaltado por Pierre Salama:

O resultado mais duradouro do neoliberalismo tem sido a constituição de uma sociedade dual, estruturada em duas velocidades que se coagulam num verdadeiro "apartheid social". Ou seja, um modelo em que existe um pequeno setor de integrados (cujo tamanho varia segundo as distintas sociedades) e outro setor (majoritário na América Latina) de pessoas que vão ficando inteiramente excluídas, provavelmente de forma irrecuperável no curto prazo.⁸

Ao fazer um "Balanço do Neoliberalismo", Perry Anderson⁹ atribui à derrota do movimento sindical, em nível mundial, expresso na queda drástica do número de greves

⁶ Ibidem, p. 14.

⁷ Ibidem, p. 15.

⁸ SALAMA, In: SADER, E. & GENTILI, P. (Orgs.) *Pós-neoliberalismo - As Políticas Sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 146.

⁹ ANDERSON, Op. Cit.

durante os anos 80 e numa notável contenção dos salários, uma importância crucial nesse processo de transformação no mundo capitalista. A crise mundial do movimento sindical, em grande parte, é produto do crescimento das taxas de desemprego - concebido como um mecanismo natural e necessário de qualquer economia de mercado eficiente - que têm imposto um caráter imediatista à organização e luta dos trabalhadores do mundo inteiro, na medida em que a empregabilidade passa a ocupar lugar imprescindível na pauta de discussões do movimento sindical. Assim, o desemprego estrutural tem sido o principal determinante do pragmatismo que vem impregnando o movimento sindical neste fim de século, reforçado pela crise do paradigma socialista decorrente do fim do Regime do Leste Europeu.

Todavia, o neoliberalismo não está fadado ao sucesso absoluto como alguns teóricos se esforçam em provar. Os planos neoliberais também têm contabilizado alguns fracassos, conforme aponta Perry Anderson, ao atribuir o fracasso do neoliberalismo ao incremento vertiginoso no peso de operações puramente parasitárias e, por outro lado, a não redução do peso do Estado de Bem-Estar Social, apesar de todas as medidas tomadas para conter os gastos sociais. Essa avaliação de Perry Anderson é partilhada, inclusive, por Göran Therborn, quando analisa a relação dos governos neoliberais com o aparato do Estado de Bem-Estar Social:

Apesar dos ataques frontais levados a cabo pelos neoliberais e do pouco apoio da esquerda clássica, os Estados de Bem-Estar se mantiveram muito bem. Concretamente, nos países da OCDE, os gastos públicos de 1993 eram mais altos do que os de 1979, ano da assunção de Thatcher e, claro, mais altos do que em 1980, ano da assunção de Reagan. [...] Pelo menos uma parte da explicação é o fato de que o Estado de bem-estar chegou a ser uma instituição absolutamente central na vida cotidiana de grande parte da população.¹⁰

Anderson, por sua vez, explica esse paradoxo considerando duas razões básicas: “o aumento dos gastos sociais com o desemprego, que custaram bilhões ao Estado, e o aumento demográfico dos aposentados na população, que levou o Estado a gastar outros bilhões em pensões.”¹¹

Já Atilio Borón levanta uma questão de fundamental relevância para a compreensão da realidade latino-americana. Para ele, “não é precisamente uma casualidade que a crítica ao Estado tenha começado a aumentar quando os Estados capitalistas da América Latina

¹⁰ THERBORN, Göran. *A crise e o futuro do capitalismo*. In: SADER, E. & GENTILI, P. (Orgs.) Pós-neoliberalismo - As Políticas sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 46.

¹¹ ANDERSON, Op. Cit., p. 16.

iniciaram uma nova etapa democratizadora".¹² Borón faz uma análise do processo de instauração de um regime democrático na América latina à luz da constituição da hegemonia neoliberal na política internacional, procurando mostrar que a preocupação principal dos processos de instauração de um regime democrático estável naquela região tinham, na realidade, o objetivo de consolidar o funcionamento do modo de produção capitalista; sua meta principal ora o capitalismo e não a democracia. Daí ele conclui que:

Uma reflexão sobre nossas democracias não pode ser feita sobre a democracia em geral. Aquela é concebível à margem de uma análise sobre a estrutura & a dinâmica do capitalismo latino-americano e, mais detalhadamente, sobre a natureza do processo de ajuste estrutural e refundação do capitalista atualmente em curso em nossa região. Em outras palavras, não tem demasiado sentido falar da democracia em sua abstração, quando na realidade do que se trata é de examinar a forma, as condições e os limites da democratização em sociedade como a capitalista, que se fundam em princípios constitutivos que lhes são irreconciliavelmente antagônicos.¹³

A partir da realidade latino-americana, Atílio Borón procura evidenciar a incoerência de um regime democrático no contexto das políticas neoliberais, até mesmo porque “a democratização do capitalismo não basta para que as arraigadas estruturas de domínio sobre as que repousa e das quais depende vitalmente se esfumem como resultado do sufrágio universal e da representação política.” E é categórico ao afirmar que:

A liberdade não pode sobreviver onde o cidadão indigente está disposto a vendê-la por um “prato de lentilhas”, em um outro disponha da riqueza suficiente para comprá-la a seu bel-prazer. Nessas condições a democracia se converte em um ritmo garsesco e se esvazia de todo conteúdo. Nessas condições a passagem do tempo pode convertê-la no “ovo da serpente” onde se incube a restauração plebiscitória da ditadura.¹⁴

Contudo, em 1991, quando o capitalismo avançado entrou de novo numa profunda recessão, com a dívida pública assumindo dimensões alarmantes, com o endividamento privado das famílias e das empresas em níveis altos sem precedentes desde a II Guerra Mundial, com índices económicos muito sombrios nos países da OCDE e desemprego em massa, era de se esperar uma forte reação contra o neoliberalismo nos anos 90, mas isso não ocorreu! Além dos êxitos eleitorais (inclusive na Suécia, em 1991, onde a social-democracia resistia), o projeto neoliberal continua a demonstrar uma vitalidade impressionante. Até

¹² BORÓN, Atílio. *A Sociedade Civil Depois do Dilúvio Neoliberal*. In: SADER, E. & GENTILI, P. (Orgs.) Pós neoliberalismo - As Políticas Sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 77.

¹³ Ibidem, p. 68.

¹⁴ Ibidem, p. 7.

partidos e governos que formalmente se definem como seus opositores expressam, em seu comportamento, a hegemonia neoliberal, com o cenário político que seguem sendo ditado de acordo com os matizes do neoliberalismo. Para Anderson, esse segundo alento do mundo capitalista avançado se deve fundamentalmente à vitória do neoliberalismo no Leste Europeu:

Uma das razões fundamentais foi claramente a vitória do neoliberalismo em outra área do mundo, ou seja, a queda do comunismo na Europa oriental e na União Soviética, de 89 a 91, exatamente no momento em que os limites do neoliberalismo no próprio Ocidente tornavam-se cada vez mais óbvios. Pois a vitória do Ocidente na guerra fria, com o colapso do seu adversário comunista, não foi o triunfo de qualquer capitalismo, mas o do tipo específico liderado e simbolizado por Reagan e Thatcher nos anos 80.¹⁵

Da mesma forma, Therborn considera que a queda do Regime do Leste Europeu tem uma relação direta com as transformações atuais do sistema capitalista:

A queda do chamado “socialismo real” faz parte do mesmo processo de transformação de época que, a nível sócio-econômico mundial, acompanha o neoliberalismo. Isto é, a queda dos regimes autoritários e ditatoriais da Europa oriental não constituiu somente uma mudança política de grande magnitude (entendida como um processo de democratização), mas também faz parte de uma profunda transformação de todo o sistema econômico mundial.¹⁶

Therborn classifica o neoliberalismo como uma superestrutura ideológica e política que acompanha uma transformação histórica do capitalismo moderno. Para ele, essa superestrutura de ideologia e de prática política está, em sua forma mais doutrinária, em declínio. Para Therborn, o termo “neoliberalismo” tem um significado específico, e distinto do apresentado por Perry Anderson e Atílio Borón. Para ele neoliberalismo é apenas um conjunto de receitas econômicas e programas políticos implementados a partir dos anos 70, inspiradas nas obras de Milton Friedman e Hayek e, por outro lado, tem relação com o processo de transformação do processo de produção capitalista em nível mundial, que não se reduz a um mero produto político, nem tampouco é o efeito de uma determinada ideologia econômica:

¹⁵ ANDERSON, Op. Cit., p. 17-18.

¹⁶ THERBORN, Op. Cit., p. 40.

Ocorreu uma virada no desenvolvimento das forças produtivas, orientadas para uma direção de caráter mais privado. Segundo aprendemos nos cursos de marxismo, as forças produtivas se desenvolvem em um sentido progressivamente público, sendo que este processo entra em contradição com as relações de produção capitalista, no entanto, e contraditoriamente ao que supúnhamos, vivemos hoje uma virada, um limite, neste desenvolvimento das forças produtivas, orientado em uma direção oposta. Essa direção se expressa em uma nova relação entre Estados e empresas.¹⁷

Com essa virada do processo de industrialização, os serviços privados começaram a se produzir em empresas menores e, sobretudo, em unidades produtivas muito mais dependentes do mercado e da demanda dos clientes. Para Therborn,¹⁸ essa virada provocou uma transformação na constituição da sociedade moderna. Outro aspecto importante nesse processo foi a introdução de novas modalidades de produção através do desenvolvimento de novas tecnologias, flexibilizando o processo produtivo. Essa flexibilização acarreta uma maior capacidade de adaptação às demandas do mercado, graças a introdução da microeletrônica no processo de produção. Outro aspecto levantado por Therborn é a expansão dos mercados financeiros internacionais, pois com as recentes inovações tecnológicas, tanto de negócios quanto de jogos financeiros, estes mercados chegaram a ser extraordinariamente grandes em riquezas e recursos.

Ricardo Antunes,¹⁹ em seu “ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho”, observa que no bojo do processo de reestruturação produtiva do capitalismo avançado, com maior ou menor repercussão em áreas industrializadas do Terceiro Mundo, tem ocorrido uma significativa desproletarização do trabalho industrial ao mesmo tempo em que tem ocorrido uma expansão do assalariamento no setor de serviços, uma crescente incorporação do contingente feminino no mundo operário e uma subproletarização intensificada, expressa pela expansão do trabalho parcial, temporário, subcontratado ou terceirizado, o que vem configurando a dura realidade do desemprego estrutural em escala mundial:

Pode-se dizer, de maneira sintética, que há uma processualidade contraditória que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há, portanto, um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora. (grifos do autor)²⁰

¹⁷ Ibidem, p. 40.

¹⁸ Ibidem, p. 44.

¹⁹ ANTUNES, R. *Adeus ao Trabalho? - ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1995, p. 39-55.

²⁰ Ibidem, p. 42.

Sem incorporar a tese das sociedades pós-industriais ou pós-capitalistas, Ricardo Antunes conclui que as consequências da reestruturação das forças produtivas tem apontado, contraditoriamente, em duas direções: de um lado impulsiona para uma maior qualificação do trabalho e, de outro, para uma maior desqualificação. Segundo o autor,

Pode-se constatar, portanto, de um lado um efetivo processo de intelectualização do trabalho manual. De outro, e em sentido radicalmente inverso, uma desqualificação e mesmo subproletarização intensificadas, presentes no trabalho precário, informal, temporário, parcial, subcontratado, etc. Se é possível dizer que a primeira tendência - a intelectualização do trabalho manual - é, em tese, mais coerente e compatível com o enorme avanço tecnológico, a segunda - a desqualificação - mostra-se também plenamente sintonizada com o modo de produção capitalista, em sua lógica destrutiva e com sua taxa de uso decrescente de bens e serviços. Vimos também que houve uma significativa incorporação do trabalho feminino no mundo produtivo, além da expressiva expansão e ampliação da classe trabalhadora através do assalariamento do setor de serviços. Tudo isso nos permite concluir que nem o operariado desaparecerá tão rapidamente e, o que é fundamental, não é possível perspectivar, nem mesmo num universo distante, nenhuma possibilidade de eliminação da classe-que-vive-do-trabalho. (grifos do autor)²¹

Assim, por conta de tais transformações na estrutura e na superestrutura do capital! nesse fim de século, uma nova cultura organizacional vem sendo gestada para dar suporte ideológico à administração capitalista. A partir daí,

Os novos conceitos relacionados ao processo produtivo, organização do trabalho e qualificação do trabalhador, aparecem justamente no processo de reestruturação económica, num contexto de crise e acirrada competitividade intercapitalista e de obstáculos sociais e políticos às tradicionais formas de organização da produção. A integração, a qualidade e a flexibilidade constituem-se nos elementos-chaves para dar os saltos de produtividade e competitividade.²²

Essa redefinição de conceitos e categorias tem o mérito de dificultar a compreensão da profundidade e perversidade da crise atual do capitalismo, na medida em que mascara, mistifica e falseia a relação de domínio entre as classes sociais. A atual crise conceitual, portanto, tem significado muito mais uma ofensiva no campo teórico-político para legitimar o conteúdo ideológico da crise do capitalismo real no contexto do conflito de classes no âmbito do Estado.²³

²¹ Ibidem, p. 54.

²² FRIGOTTO, G. *Educação e a Crise do Capitalismo Real*. Op. Cit., p.146.

²³ Nessa perspectiva, Gaudêncio Frigotto desenvolve sua análise, tomando como eixo central a tese de que a atual metamorfose conceitual expressa a forma mediante a qual, ideologicamente, se apreende a crise e as contradições do desenvolvimento capitalista e se encobre os mecanismos efetivos de recomposição dos interesses do capital e de seus mecanismos de exclusão. Assim, esse autor procura mostrar a materialidade

Assim, no contexto da disputa no campo teórico-político, a classe empresarial tem procurado consolidar inúmeros modismos como é o caso da área da administração de recursos humanos e da engenharia de produção às voltas com a Gestão da Qualidade Total. Não obstante, este fenômeno tem provocado nas empresas uma forma diferente de competitividade e qualidade de seus produtos, além de estabelecer novos requisitos para o sistema educacional, visando a formação/qualificação técnico-profissional de um “Novo Trabalhador”, adaptado às novas exigências da produção capitalista.²⁴

Em suma, essas transformações vivenciadas neste fim de século têm significado a constituição da crise do Regime de Acumulação Rígida do Capital, que tinha no taylorismo/fordismo seu modelo de organização produtiva, e no Estado de Bem-Estar Social seu modelo de regulação das relações de produção. Nesse sentido, as mudanças na organização produtiva estão relacionadas ao esgotamento do modelo fordista que, devido a obsolescência de sua base técnica e a permanência de tempos mortos e improdutivos, impedem maior produtividade e qualidade dos produtos, diminuindo-se, assim, a capacidade de maximização das taxas de lucro, confirmando a tese marxista da queda tendencial das taxas de lucro do capitalismo. Afinal,

ao capitalista interessa produzir o máximo de mercadorias que condensem o máximo de mais-valia. Para permanecer no “jogo” esta regra é crucial. Por isso os diferentes competidores buscam, mediante a incorporação crescente de ciência e tecnologia no processo de produção, aumentar o capital morto e diminuir o capital vivo com o intuito de produzir mercadorias com menor custo e, portanto, condensadas do máximo de mais-valia.²⁵

No entanto, embora essa nova forma de organização do trabalho venha provocando uma série de modificações sociais, políticas e econômicas em contraposição ao fordismo, os princípios fundamentais desse “novo” modelo de desenvolvimento mantêm, pelo menos em sua essência, a condição básica do taylorismo/fordismo: a extração de mais-valia, a alienação do trabalho, desqualificação da força de trabalho, a apropriação privada da produção social, e etc. Tais mudanças, como podemos notar, ocorrem apenas na dinâmica da acumulação de capital, mas a essência permanece inalterada.

histórica das relações capitalistas que demandaram a “Teoria do Capital Humano” nos anos 60/70 e sua redefinição, face a uma materialidade diversa, com a tese da “Sociedade do Conhecimento e da Qualidade Total” nos anos 80/90, deixando bem clara a relação da atual crise conceitual e a crise do capitalismo real. Cf.: FRIGOTTO, Gaudêncio. *Os Delírios da Razão crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional*. In: GENTILI, Pablo (Org.). *Pedagogia da Exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 77-108.

²⁴ Ver: ANDRADE, F. A. *Jogando no Campo do Adversário: o projeto empresarial de formação do “Novo Trabalhador”*. Niterói: UFF, 1996.

²⁵ FRIGOTTO, G. *Educação e Crise do Capitalismo Real*. Op. Cit., p.64.

É evidente que no bojo das políticas neoliberais para o setor produtivo e para a sociedade está implícita a redefinição do papel do Estado, procurando minimizar a sua intervenção na dinâmica social através do desmantelamento das instituições do Estado de Bem-Estar Social, respaldado no discurso do Estado Mínimo. À partir dessa política de redefinição do papel do Estado e das exigências do setor produtivo para a garantia de competitividade, os governos neoliberais têm atribuído um novo valor à educação - assim como à todas as políticas sociais. Partindo da notória crise da escola pública e da decomposição do sistema educativo, o bloco no poder procura consolidar a sua ofensiva à educação pública e dar respostas à crise de acumulação no âmbito educacional.

Nesse sentido, a redefinição do modelo de desenvolvimento do capital sob a hegemonia neoliberal tem se materializa na política educacional pelo seu caráter de adaptar a educação às necessidades do mercado, através de estratégias de conformação da escola e de seus profissionais no interior da ordem de profundas mudanças sociais e económicas em curso no mundo inteiro de acordo com os interesses de manutenção das condições de acumulação capitalista. Partindo do pressuposto de que a educação que o mercado necessita é proporcionada por uma escola que funcione por suas próprias condições, captando seus próprios recursos na dinâmica do mercado, onde a qualidade total e a competitividade são a preocupação central, a doutrina teórico-política neoliberal tem como proposta central para a educação a privatização da escola pública.

É Milton Friedman²⁶ quem vai dar corpo teórico a esta ideologia, através de diversos artigos e mais especificamente através do livro “Liberdade de Escolher”, onde há um capítulo em que faz um diagnóstico do problema educacional norte-americano e apresenta algumas propostas. Logo, os princípios apresentados por Friedman transformam-se em diretrizes para a política educacional neoliberal, mesmo sem que nunca tenha sido comprovada a sua validade, a sua eficácia.

Para Friedman, os sistemas educacionais estão doentes e precisam ser tratados. No tocante à escolarização, a doença tomou a forma de negar a numerosos pais o controle do tipo de aprendizagem dos filhos, seja diretamente através da escolha e pagamento de anuidades às escolas onde estudam, seja diretamente através da atividade política local. O poder, em vez disso, gravitou para os educadores profissionais. O mal agravou-se com a centralização e a burocratização crescentes das escolas, especialmente nas grandes cidades. Para Friedman, na medida em que os educadores profissionais assumiam o poder, debilitava se o controle dos pais. Além disso, mudou a função atribuída às escolas. Espera-se ainda que

²⁶ FRIEDMAN, Milton & Rose. Liberdade de Escolher. Rio de Janeiro: Record, 1993, p. 153-188.

ensinem noções fundamentais e que enculquem valores comuns. Além disso, as escolas são agora consideradas como meio para promover a mobilidade social, a integração racial e outros objetivos apenas distantemente relacionados com a sua função primordial.

De acordo com a visão, a diferença não é entre escolarização e outras atividades, mas entre arranjos sob os quais o consumidor tem a liberdade para escolher e arranjos sob os quais o produtor é quem manda e o consumidor pouco pode dizer. Em matéria de escolarização, pais e filhos são os consumidores e o mestre e o administrador da escola os produtores. A centralização na escolaridade, para Friedman, trouxe unidades maiores, redução da capacidade dos consumidores de escolher e aumento do poder dos produtores. Mestres, administradores e funcionários de sindicatos não diferem do restante da sociedade, reclama Friedman.

Um plano de cupons para a escolarização primária e secundária é a alternativa de Friedman para combater a centralização e a burocratização das instituições escolares e resgatar a tradição de se oferecer maiores condições de escolha para os pais. Uma maneira simples e eficaz de dar aos pais maior liberdade de escolher enquanto, ao mesmo tempo, se retêm as atuais fontes de financiamento. Os pais poderiam, e deveriam, ter permissão para usar os cupons não só em escolas privadas mas também em escolas públicas. Isso daria aos pais maior oportunidade de escolher e, ao mesmo tempo, exigiria que as escolas públicas se financiassem, cobrando anuidades. As escolas públicas teriam, nesse caso, de concorrer entre si e com as escolas privadas. Uma das vantagens do plano de cupons, para o autor, é que encorajaria uma transferência gradual para um maior financiamento por parte dos pais. O desejo dos pais de gastar mais em educação poderia facilmente assumir a forma de aumentar a quantia estabelecida no cupom.

Para Friedman, a violência do tipo que vem aumentando nas escolas públicas é possível apenas porque as vítimas são obrigadas a frequentá-las. Se lhes fosse dada a liberdade de escolher, os estudantes abandonariam escolas que não conseguem manter a ordem. A disciplina raramente é problema em escolas privadas que treinam alunos como técnicos de rádio e televisão, datilógrafos ou secretárias, ou numa miríade de outras especializações, diz ele. Se as escolas se especializassem, como fazem as privadas, o interesse comum superaria o preconceito da cor e levaria a uma integração maior do que a que ora ocorre. A integração seria real, e não simplesmente no papel, avalia. Ele prevê que um bom número de novas escolas seria criado por grupos sem fins lucrativos. Outras teriam por móvel o lucro. Não há meio de prever a composição final da indústria escolar, diz. Isso seria estabelecido pela concorrência. A única previsão que se pode fazer é que apenas as escolas que satisfizessem a

seus clientes sobreviveriam. A concorrência providenciaria nesse sentido, ou seja, a “mão invisível do mercado” selecionaria as escolas de melhor qualidade.

Friedman argumenta que a ameaça às escolas públicas tem origem em seus defeitos, não em seus êxitos. Em pequenas comunidades fechadas onde elas, especialmente as primárias, são razoavelmente satisfatórias, nem mesmo o plano de cupons mais abrangente produziria grande efeito. Elas continuariam dominantes, talvez algo melhoradas pela ameaça de concorrência potencial. Mas em outros níveis, especialmente nos centros urbanos, onde fazem obra tão medíocre, a maioria dos pais procuraria sem dúvida enviar seus filhos para outras escolas.²⁷

Com relação ao ensino superior, Friedman argumenta que a faculdade vende educação e os estudantes compram-na. Da mesma forma que a maioria dos mercados privados, ambos os lados sentem forte incentivo de servir um ao outro. Se a faculdade não provê o tipo de ensino que os estudantes querem, eles vão procurá-lo em outro lugar. Os alunos querem obter o valor total pelo dinheiro que gastam. Para ele, é eminentemente desejável que todo jovem, homem ou mulher, qualquer que seja a renda, posição social, local de residência ou raça dos pais, tenha oportunidade de obter educação superior. Há forte justificativa para prover fundos de empresários suficientes para assegurar oportunidade a todas as pessoas, afirma o autor. Há forte justificativa para disseminar informações sobre a disponibilidade desses fundos e em insistir que os menos privilegiados aproveitem a oportunidade. Não há justificativa para subvencionar pessoas que obtêm educação superior às expensas dos que nada conseguem, argumenta Friedman. Na sua concepção, na medida em que mantêm instituições de educação superior, os governos devem cobrar aos estudantes anuidades correspondentes ao custo dos serviços educacionais, comparando a despesa individual com educação com um investimento numa empresa arriscada ou como o investimento numa empresa recém-formada. O método mais satisfatório de financiar essas empresas, para ele, é através de empréstimos em quantia fixa, mas através de investimento no capital social. No que diz respeito a educação, a contrapartida seria comprar uma ação nas perspectivas de ganhos do indivíduo, adiantar-lhe os fundos necessários para financiar o treinamento, com a condição de que ele concordasse em pagar ao investidor uma fração específica de seus futuros ganhos. Dessa maneira, o investidor poderia recuperar mais do que seu investimento inicial com indivíduos relativamente bem-sucedidos, o que o compensaria da incapacidade de o fazê-lo com os mal-sucedidos.

²⁷ Evidentemente o autor está se referindo a realidade norte-americana quando faz relação entre urbano e suburbano.

Com essas propostas, Friedman procura solucionar o problema da escola da sociedade capitalista, transformando-a numa “escola de qualidade”, embora não mais pública e nem gratuita, acreditando que o papel crescente do governo no financiamento e administração da escolarização levou não só ao enorme desperdício do dinheiro dos contribuintes, mas também a um sistema educacional muito mais medíocre do que o que teria havido se a cooperação voluntária tivesse continuado a nele desempenhar papel de maior vulto. Com esse pensamento, portanto, Friedman dá sentido a ideologia do Estado Mínimo no campo educacional.

Assim, a partir dos anos 70, quando a administração educacional se vê colocada frente a “novos” paradigmas de produtividade e qualidade, as ideias de Friedman ganham contemporaneidade e universalidade. Seus conceitos são relacionados ao processo produtivo, à organização do trabalho e à qualificação do trabalhador no processo de reestruturação produtiva. A integração, a qualidade e a flexibilidade constituem-se nos elementos-chave para dar os saltos de produtividade e competitividade necessários para o momento de crise do capitalismo.

Está claro que desde a privatização do Reino Unido até a desregulamentação nos Estados Unidos, estamos vivendo uma reconversão do papel do Estado. Na retórica dessa reconversão sustenta-se que o mercado deve substituir a política, e com isso o monetarismo deve tomar o lugar do keynesianismo; enfim, o Estado Mínimo deve suceder o Estado de Bem-Estar Social. Nessa argumentação se propõe devolver ao indivíduo o protagonismo nas decisões económicas e sociais que lhe concernem e garantir a eficácia das instituições públicas, erodidas peio esbanjamento do Estado Benfeitor.²⁸

À primeira vista, a extensão do gasto em serviços sociais carrega um aumento considerável do trabalho improdutivo do ponto de vista do capital, isto é, de assalariados cuja existência social depende do excedente gerado pelos setores produtivos. Parte daí a visão de que a origem da inflação está no financiamento do gasto público excessivo, dirigido tanto à expansão dos serviços como ao desenvolvimento de custosas políticas de industrialização através do estímulo à demanda. E dessas premissas surgem as propostas de redução do gasto público e colocação em prática de uma política monetária conservadora, austera para as demandas sociais. Trata-se aqui de uma estratégia de redefinir a utilização do fundo público conforme a análise de Francisco de Oliveira.²⁹

²⁸ FINKEL, S.M. “*Crise de Acumulação e Resposta Educacional da Nova Direita*”. Teoria & Educação. Porto Alegre, Nº 2, p. 3-4, 199.

²⁹ OLIVEIRA, Francisco. *Globalização e anti-valor; uma anti-introdução ao antivalor*. In: FREITAS, Marcos César (Org.). *A Reinvenção do Futuro*. São Paulo: Cortez; Bragança Paulista: USF-IFAN, 1996, pp. 77-113.

É nesse ponto que os interesses dos neoliberais vão convergir com os dos neoconservadores no campo educacional, constituindo-se assim o “bloco” político na superestrutura da sociedade, que chamo aqui de Nova Direita.³⁰ Haja visto que a ideia do indivíduo isolado é um tema central e recorrente no neoliberalismo e no neoconservadorismo. Poderíamos dizer que este é mais um dos pontos de convergência entre as duas frações do “bloco no poder”, ou seja, as duas vertentes da Nova Direita tomam a consciência individual do sujeito como ponto de partida para os cálculos de rentabilidade da educação e demais políticas públicas. Ademais, de acordo com essas duas frações de classe, o mercado se constitui num mecanismo de ordenação que através de certos sinais induz os homens a se adaptarem aos fatos que eles não conhecem, isto é, o caráter "teológico" do mercado tem como contrapartida um indivíduo isolado, que não pode receber ajuda de outros indivíduos nem do Estado, porque isso constituiria uma interferência. Nada parecido a uma justiça redistributiva pode ser aplicado; esta não tem lugar dentro do processo impessoal e abstrato com base no qual o mercado distribui bens e serviços, premia ou castiga. A redistribuição de rendas, em última instância, seria antinatural, coercitiva e conduziria ao socialismo.

Contudo, emerge uma grande contradição da ideia do individualismo da Nova Direita. Segundo Finkel,³¹ numa sociedade de consumo as ideologias do individualismo chegam a se tornar muito caras e difíceis de serem resolvidas, porque os diferentes componentes ideológicos dos papéis sociais entram em conflito entre si, constituindo um obstáculo para a contínua acumulação do capital:

O capitalismo não pode manter as aspirações do indivíduo e ao mesmo tempo não pode destronar as ideologias individualistas sem minar a legitimidade da ordem social. Daí porque o programa da Nova Direita constitua uma intervenção política para restaurar as condições necessárias para a acumulação de lucros, não apenas num sentido económico, mas também reorganizando instituições fundamentais como a família e a escola.³²

Trata-se, agora, de justificar outra racionalidade mais de acordo com a crise: a validade moral da competição, do esforço individual, da rentabilidade dos serviços.

³⁰ Através da distinção das frações de classe, Sara Finkel identifica o “bloco no poder” que detém a hegemonia da sociedade capitalista no contexto do regime de acumulação rígida do capital como aquele composto pela direita neoliberal (que dá direção) e a direita neoconservadora (fração do capital que tem seguido a linha definida pela direita neoliberal). Cf.: FINKEL, Op. Cit.

³¹ FINKEL, Op. Cit., p. 13.

³² Idem, Ibidem.

A coexistência de dois discursos diferentes no seio de uma mesma administração, no qual um apela para o Estado Mínimo e o outro busca reforçar a autoridade do Governo estabelecido, se deve ao fato de que ambas as correntes da Nova Direita - o neoliberalismo e o neoconservadorismo - estão convencidas da necessidade de restaurar a disciplina social a qualquer preço, para garantir as condições necessárias para a acumulação de lucros, não apenas num sentido económico restrito, mas também reorganizando instituições fundamentais como a família e a escola.

Conforme podemos notar, no setor educacional, a Nova Direita tem se preocupado mais em introduzir mudanças de ordem gerencial e estas, quase que exclusivamente, através da gerência de qualidade total. Nas suas propostas não se verifica alterações significativas na tecnologia empregada na escola, principalmente na escola pública, mas sim a implantação de estratégias de ordem gerencial. Além disso, está contido no bojo dessas propostas uma “nova” relação entre Estado e sociedade civil fundada numa concepção de participação popular do tipo do desenvolvimento comunitário, ou seja, a população planeja e toma suas próprias decisões com pequena participação financeira do Estado, sendo obrigada a captar financiamentos privados. Trata-se de um associativismo, uma parceria entre governo e sociedade civil, uma forma sofisticada de mutirão que se constitui numa forma sutil que os grupos dominantes têm para convidar a população trabalhadora a aderir aos planos de desenvolvimento sem aumentar sua participação na riqueza produzida.³³

Definitivamente Mariano F. Enguita tem razão quando diz que a palavra “qualidade” se transformou numa palavra de ordem no mundo da educação. Todos os problemas parecem convergir para um único ponto: a questão da qualidade.

A qualidade se converte assim em uma meta compartilhada, no que todos dizem buscar. Inclusive aqueles que se sentem desconfortáveis com o termo não podem se livrar dele, vendo-se obrigados a empregá-lo para coroar suas propostas, sejam lá quais forem. Qualquer proposição relativa a conservar, melhorar ou mudar isto ou aquilo, não importa o que seja, deve explicar-se em termos de qualidade.³⁴

Seria o que Gentili³⁵ considera a utilização da categoria qualidade como critério de diferenciação:

³³ Sobre os sentidos mais correntes de participação popular ver: VALLA, V.V. (Coord.). *Participação Popular e os Serviços de Saúde: O controle social como exercício da cidadania*. Rio de Janeiro, Fund. Oswaldo Cruz, ENSP, PARES, 1993.

³⁴ ENGUITA, M.F. *O Discurso da Qualidade e a Qualidade do Discurso*. In: GENTILI, P. & SILVA, T.T. (Orgs.) *Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação*. Petrópolis, Vozes, 1995. p. 95.

³⁵ GENTILI, P. *Qualidade Total na Educação*. MUNDO JOVEM. Rio de Janeiro, Julho/95.

Peia perspectiva neoliberal, o discurso da qualidade deve substituir o já “ultrapassado” discurso da democratização. Por esse enfoque, os sistemas educacionais enfrentam muito menos um problema de expansão e muito mais um problema de eficiência, de eficácia e de produtividade. É necessário deixar de insistir na quantidade e começar a preocupar-se pela qualidade: não faltam professores, faltam melhores professores; não faltam escolas, faltam melhores escolas; não faltam recursos, falta gastar melhor os recursos que já possuímos etc.³⁶

Outro aspecto que merece destaque é que, pela perspectiva neoliberal, o discurso da qualidade tem a propriedade de substituir o discurso da democratização. Por este enfoque, os sistemas educacionais não enfrentam mais um problema de expansão mas um problema de eficiência. E, de acordo com essa perspectiva, para pensar em uma educação de qualidade deve-se pensar o próprio sistema escolar como se o mesmo fosse um mercado articulando a duas questões:

Na medida em que as escolas são pensadas como empresas que devem produzir com qualidade para competir nos diferentes mercados, o próprio sistema escolar se transforma em um mercado competitivo. Com isto, a qualidade da educação aparentemente melhora.³⁷

A partir dessa concepção, é que os processos de avaliação institucional ganham maior importância na prática educativa. Assim como em qualquer mercado, os consumidores devem dispor de mecanismos que lhes permitem ter acesso a informações gerais sobre a qualidade das mercadorias disponíveis, permitindo-lhes estabelecer opiniões racionais e assim decidir “livremente”. É a partir dessas opiniões que se detectam as demandas de mercado e os sistemas produtivos procuram se flexibilizar para atendê-las. O sistema escolar, assim como qualquer sistema produtivo, deve dispor de mecanismos que lhes permitam ter

³⁶ Ibidem, p. 4.

³⁷ GENTILI, P. Qualidade Total na Educação. Mundo Jovem, Julho/1995, p. 4{100}. Foi de acordo com esta concepção que, no início do ano letivo de 1994, o Governo César Maia decidiu dar uma gratificação de RS 200,00 (cerca de 100% do salário bruto) para um grupo de 20 escolas da rede municipal de educação (apenas 1,9% da rede), a título de gratificação por produtividade, sem esclarecer que critérios de produtividade estavam sendo considerados para a escolha dessas unidades escolares. O que estava em questão não era recompensar uma parcela da rede em si, mas incentivar a competição entre as escolas, entendendo que é essa competição que vai gerar o aumento da qualidade da produção escolar - o ensino. No modelo proposto por Friedman, a competitividade se dá a partir do momento que existe a ameaça da escola perder alunos (perder cupons) e ficar sem financiamento. No modelo adotado pelo governo municipal do Rio a competitividade se dá a partir do esforço das unidades de ensino para conseguir a gratificação para complementar os parcos salários, ou seja, o governo mercantiliza a miséria dos profissionais da educação. O que não é muito diferente da proposta de Friedman, se considerarmos que o núcleo central da proposta neoliberal é a competição das unidades de ensino como propulsora da qualidade em educação. É por essa razão que o governo César Maia tenha se empenhado tanto para passar seu plano de cargos e salários na Câmara de Vereadores no segundo semestre de 95, pois neste plano existe uma proposta de piso salarial irrisória e uma gratificação por produtividade sem critérios claros de avaliação, o que possibilita ao governo barganhar com a necessidade financeira dos profissionais de educação para promover a competitividade no interior da categoria.

acesso a informações gerais sobre a qualidade das mercadorias disponíveis - o ensino. É esta informação que vai permitir ao consumidor direto (pais e alunos) e indireto (empresários) estabelecer suas opiniões racionais e assim ter a “liberdade de escolher” entre as ofertas do sistema de ensino. A qualidade deixa de ser entendida como algo intrínseco ao processo de ensino/aprendizagem para se tornar uma relação mercadológica de adequação às demandas externas.

Deste forma, os pais dos alunos, os empresários que contratam graduados universitários, os próprios alunos que deverão competir no mercado dos postos de trabalho, devem conhecer o que oferecem as instituições educacionais, qual é o grau de eficiência do seu serviço e como se localizam, dentro do ranking de qualidade, as diferentes escolas, os estudantes e professores. Estes rankings, elaborados a partir da aplicação de testes e provas de avaliação, permitem classificar hierarquicamente as instituições da melhor para a pior, e assim estimular a concorrência para que o sistema melhore. Na perspectiva neoliberal, é preciso medir, controlar e avaliar a qualidade das instituições educacionais para poder estabelecer mecanismos de diferenciação interna que facilitem o desenvolvimento de um sistema de prêmios e castigos, necessário em qualquer mercado para estimular a competição.³⁸

E assim, a qualidade se estabelece como critério de diferenciação, ao passo que permite que somente algumas escolas sejam recompensadas, somente algumas escolas se tornarão centros de excelência,³⁹ De acordo com o projeto político da Nova Direita é isto que vai mobilizar as outras escolas para a promoção da qualidade do ensino, de forma autónoma (principalmente no aspecto financeiro), sem a ação direta do Estado. A “mão invisível do mercado educacional” se encarregará das transformações no sistema escolar como um todo, cabendo ao Estado se preocupar apenas com os centros de excelência para que continuem sendo o que são.

A introdução da Gestão da Qualidade Total nas escolas, nesse contexto, pode ser entendida como uma necessidade do capital controlar totalmente o processo de trabalho escolar, impondo dessa forma uma nova divisão do trabalho na educação. Essa metodologia administrativa apresenta-se como um instrumento capaz de operar mudanças significativas no processo pedagógico, na medida em que propaga a ideia de que este modelo de gestão pressupõe a descentralização das decisões, o autocontrole dos trabalhadores em educação e a conseqüente desalienação do trabalho. No entanto, a Gestão da Qualidade Total não

³⁸ Ibidem, p. 4-5 (100-101).

³⁹ No caso do Rio de Janeiro, o governo já estabeleceu quais escolas se tornarão seus centros de excelência no momento em que premiou 1,9% da rede com uma gratificação em detrimento das mais de mil escolas restantes! O governo já tem demonstrado sua disposição para equipar essas escolas, treinar seus professores e incentivar os seus alunos para que se destaquem das demais escolas.

pressupõe a autogestão, mas sim o autogerenciamento, o autocontrole restrito ao processo de trabalho e, mesmo assim, com grandes limites:

O pressuposto que move esta necessidade de participação é o de que para o aumento de produtividade e melhoria da qualidade faz-se necessário resgatar todo o conhecimento do trabalhador para colocá-lo sobre[?] controle. Considera-se que as gerências e chefias são sempre limitadas, na maioria das vezes não conseguem perceber os problemas do dia-dia do processo de trabalho.⁴⁰

Apesar de se acabar com os cargos intermediários do processo produtivo, com o discurso da autogestão e descentralização das decisões, na prática, o que ocorre é exatamente uma maior centralização das decisões. Como vemos,

É paradoxal a visão de democracia neste modelo gerencial: ao mesmo tempo em que se fala em democracia e participação estabelecem-se que as mudanças só ocorrerão se houver um movimento de cima para baixo, ou seja, da direção para os subordinados. A participação se dá pôr cooptação. Atribui-se à função de diretor de escola um ponto chave para o sucesso do programa, pois seria este o responsável pôr iniciar as mudanças, e o que é mais absurdo, coloca-se nas mãos do diretor da escola a implantação da gestão democrática, o que denuncia o caráter autoritário do gerenciamento proposto.⁴¹

Em suma, todo esse estardalhaço em torno da qualidade do ensino é antes de mais nada um sintoma de uma profunda e ampla reorganização política, económica, social e

⁴⁰ FIDALGO, F. S. *Gerência da Qualidade Total na Educação: a privatização do público*. IN: FIDALGO, F. S. & MACHADO, L. R. S. (Orgs). *Controle da Qualidade Total: uma nova pedagogia do capital*. Belo Horizonte: Movimento de Cultura Marxista, 1996, p. 70.

⁴¹ *Ibidem*, p. 75. No município do Rio de Janeiro, antes existia 19 delegacias regionais de educação (DEC's) e logo que o governo César Maia tomou posse, com um discurso de descentralização, reduziu essas delegacias de 19 para 10, passando a chamá-las de Coordenadorias Regionais de Educação (CRÉ). Houve uma redução de quase 50% dos fóruns intermediários da administração, sem que isso significasse qualquer avanço na democratização da gestão escolar. Embora na qual ocasião o projeto pedagógico ainda fosse algo muito confuso e desarticulado no seio da própria secretaria municipal de educação, em função das contradições político partidárias que comportava, já era possível perceber suas afinidades com a Gestão da Qualidade Total. Na discussão sobre o plano de carreira dos profissionais da educação que durou todo o ano de 94 e parte de 95, o governo insistia na sua proposta de formação e qualificação de recursos humanos que desqualificava os cursos oferecidos pelas diversas instituições de ensino em detrimento dos cursos que seriam oferecidos pela empresa MultiRio. Enquanto o profissional que fizesse os cursos da MultiRio teria uma pontuação garantida que se converteria em parcas gratificações, aqueles que fizessem cursos em universidades ou outros estabelecimentos de ensino, dependeriam de urna avaliação da secretaria para ter a pontuação. Além dessas medidas centralizadoras e autoritárias, o governo ainda cerceou o processo de eleição de diretores de escola através de uma filtragem dos candidatos, estabelecendo que só poderia se candidatar aqueles que fossem credenciados pelas CRE's, a partir de uma avaliação da seu desempenho e da sua produtividade. É claro que o governo César Maia não apresenta um projeto coerente de governo. São inúmeras as contradições que se verifica na sua prática administrativa. Contudo, como já traíamos anteriormente, a Nova Direita tem pontos em comum que conformam as divergências entre neoconservadores e neoliberais. Embora a política educacional não se apresente ainda de forma clara e objetiva, não resta dúvidas de que está articulada com as políticas neoliberais de privatização do público, desemprego estrutural e exclusão social, sob um discurso progressista e inovador. Contudo, muitos municípios brasileiros já avançaram bastante nesse sentido. No Estado do Minas Gerais há diversos municípios que adotaram a Gestão da Qualidade Total e conseguiram cooptar muitos profissionais da educação para o seu projeto.

ideológica do modelo de desenvolvimento do capital e, no centro dessa reorganização, está o neoliberalismo e suas propostas para reorganizar a sociedade em função do mercado e dos interesses privados e empresariais. Essa reorganização constitui a resposta do capital, no campo educacional, às crises que colocaram limites ao modelo de desenvolvimento taylorista/fordista, implicando, portanto, numa redefinição da regulação da vida institucional, com repercussão direta na vida cultural, econômica, política, artística, etc.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGLIETA, M. *Régulation et Crise du Capitalisme*. Paris: Calmann-Levy, 1976.
- ANDRADE, Flávio Anício. *Jogando no Campo do Adversário: o projeto empresarial de formação do "Novo Trabalhador"*. Niterói: 1996. Dissertação (Mestrado em Educação), UFF.
- ANTUNES, R. *Adeus ao Trabalho? — ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1995.
- ENGUITA, M.F. O *Discurso da Qualidade e a Qualidade do Discurso*. In: GENTILI, P. & SILVA, T.T. (Orgs.) *Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação*. Petrópolis, Vozes, 1995.
- FIDALGO, F. S. & MACHADO, L. R. S. (Orgs). *Controle da Qualidade Total: uma nova pedagogia do capital*. Belo Horizonte: Movimento de Cultura Marxista, 1996.
- FÍNDEL, Sara M. *Crise de Acumulação e Resposta Educacional da Nova Direita. Teoria & Educação*, Porto Alegre, N°2, pp. 3-18, 1990.
- FREÍTAG, Bárbara. *Escola, Estado e Sociedade*. (6ª Edição) São Paulo: Moraes, 1980.
- FRIEDMAN, Milton & Rose. *Uberdade de Escolher*. Rio de Janeiro; Record, 1993.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. *A Palavra é... Politécnica. Saia de Aula*, s/r, s/d, pp. 26-32.
- _____. *Educação e Crise do Capitalismo Real*. São Paulo: Cortez, 1995
- _____. *Trabalho, Educação e Tecnologia: treinamento polivalente ou formação politécnica? Educação e Realidade*, Porto Alegre, 14(1): 17-28, jan/jun. 1989
- GENTILI, P. *Qualidade Total na Educação. MUNDO JOVEM*. Rio de Janeiro, Julho/95.
- _____. (Org.). *Pedagogia da Exclusão; crítica ao neoliberalismo em educação*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- GENTILI, Pablo. & SILVA, Tomaz T. *Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação*. Petrópolis, Vozes, 1995.
- GRAMSCI, António. *Concepção Dialética da História*. (8ª Edição) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

_____. ***Maquiavel, a Política e o Estado Moderno.*** (7ª Edição) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

_____. ***Os Intelectuais e a Organização da Cultura.*** (8ª Edição) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

MARX, Karl. *Manuscritos Económicos e Filosóficos.* IN: FROMM, Erich. ***Conceito Marxista do Homem.*** (5ª Edição). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970, pp. 85- 189.

_____. ***O Capital.*** (14- Edição). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

MELLO, Guiomar Nano de. ***Cidadania e Competitividade: desafios educacionais do terceiro milénio.*** São Paulo: Cortez, 1993.

MORAES NETO, B. ***Marx, Taylor e Ford: as forças produtivas em discussão.*** São Paulo: Brasiliense, 1989.

MORAES, Carmem S. V. ***Política 0 Formação Profissional no Brasil e em Alguns Países Europeus.*** São Paulo: s/d [mimeo].

OLIVEIRA, Francisco de. "O Surgimento do Anti-valor". ***Novos Estudos, Rio de Janeiro: CEBRAP, Na22,*** pp. 8-28, 1988.

PARO, Vítor Henrique. ***Administração Escolar: introdução crítica. (6a Edição).*** São Paulo: Cortez, 1993.

PATTO, Mª Helena Souza. ***A Produção do Fracasso Escolar.*** São Paulo: T. A. Queiroz, 1990.

POULANTZAS, Nicos (coord.). ***A Crise do Estado.*** Lisboa: Moraes Editores, 1978.

_____. ***O Estado, o Poder, o Socialismo.*** (3a Edição) Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. *O Problema do Estado Capitalista.* In: BLACKBURN, Robin (Coord.). ***Ideologia na Ciência Social: ensaios sobre a teoria social.*** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, pp. 219 241.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. ***História da Educação no Brasil.*** (191 Edição) Petrópolis: Vozes, 1997.

SAVIANI, Demerval. ***Sobre a Concepção de Politécnica.*** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio, 1987.

SOUZA, José dos Santos. ***Concepções e Propostas de Formação Técnica e Profissional nas Eleições Presidenciais de 94.*** Niterói: 1996. Trabalho de conclusão da disciplina Economia Política da Educação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, UFF.

SOUZA, José dos Santos. *Crise do Capital, Neoliberalismo e Educação*. In: Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa, VII, 1997, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, 1997.

_____. *Determinantes da Política de Educação Básica e Qualificação Técnica e Profissional no Brasil dos Anos 90*. In: Seminário de Iniciação científica da UESB, I, 1997, Vitória da Conquista, BA. Anais. Vitória da Conquista: Gerência de Pesquisa e Pós Graduação da UESB, 1997.

VALLA, Víctor Vincent "*A Escola Pública de Primeiro Grau é um Serviço Público Por Oito Séries em Oito Anos*". *Cadernos CEDES - O Sucesso Escolar: um desafio pedagógico*, Campinas: Papirus, N- 28, pp. 11-22, 1992.

_____. "*Nova Ordem Mundial e Condições de Vida no Brasil: modificando as relações entre sociedade civil e educação popular*". *Educação & Realidade*, Rio de Janeiro, s/r, 19(2): pp. 19-34, Jul/Dez/1994.

_____. (Coord.). *Participação Popular e os Serviços de Saúde: O controle social como exercício da cidadania*. Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, ENSP, PARES, 1993.

RESUMO

As transformações que estamos vivendo neste fim de século têm suas origens na crise do regime de acumulação rígida de capital, a qual tinha no sistema de produção Taylorista/Fordista seu modelo de resultado produtivo, associado ao modelo do Welfare State como forma de regulação das relações de produção. Em decorrência dessa crise, o capital tem procurado recompor suas bases de acumulação através da redefinição da organização das forças produtivas e da regulação das relações de produção, expressas em uma nova configuração da correlação de forças políticas em disputa no âmbito do Estado. No campo educacional, tal busca de regularidade tem se materializado através de estratégias de reestruturação da escola e de adaptação de seus profissionais no interior da ordem de profundas mudanças sociais e econômicas em curso, de acordo com os interesses de manutenção das condições de acumulação capitalista, o que tem significado a privatização da escola pública.

Palavras-Chave: Modelos de organização produtiva; Acumulação de capital; Estado de Bem-estar social; Privatização do ensino; Política; Sociologia.

ABSTRACT

The transformations that we are living at this century end have its origins in the crisis of the regime of rigid accumulation of capital, which had in the production system its Taylorist/Fordist model of productive result, associated to Welfare State model as form of

regulation of the production relationships. Due to that crisis, the capital has been trying to recompose its accumulation bases through the redefinition of the organization of the productive forces and of the regulation of the production relationships, expressed in a new configuration of the correlation of political forces in dispute in the ambit of the State. In the educational field, such regularity search it has been materializing through strategies of restructuring of the school and of its professionals' adaptation inside the order of deep social and economic changes in course, in agreement with the interests of maintenance of the conditions of capitalist accumulation, what has been meaning the privatization of the public school.

Uniterms: *Models of productive organization; Capital accumulation; Welfare State; Privatization of the teaching; Politics; Sociology*